

**ambiente**

quinta-feira, 16/3/89 □ 1º caderno □ 15

# Itália admite trocar parte da dívida por proteção à Amazônia

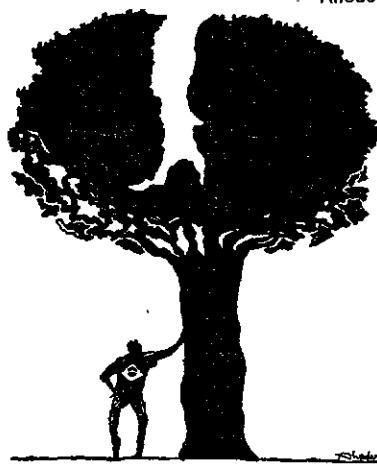
Ricardo Arnt

VERONA e ROMA — O governo italiano está disposto a estudar fórmulas para converter parte dos títulos da dívida externa brasileira em poder de bancos italianos em investimentos em proteção ambiental na Amazônia. O ministro de Relações Exteriores da Itália, Giulio Andreotti, sabe que o governo brasileiro não admite transferência de soberania nas decisões sobre a Amazônia ou sacrifícios ao desenvolvimento econômico em prol da ecologia. Nada disso, entretanto, impede a concretização de um acordo. Os italianos querem dar uma contribuição à preservação da Amazônia. Depende apenas do governo brasileiro abrir negociações.

A Amazônia é a nova Etiópia das preocupações humanitárias mundiais. Pode ser que tudo termine em quatro meses. Mas, na Itália, há grupos dispostos a levar o trabalho adiante. Em apenas dois números da revista *L'Espresso*, um folheto distribuído pela seção italiana da World Wildlife Fund pedindo aos leitores que pressionassem o governo italiano para defender a Amazônia, provocou mais de 40 mil cartas de leitores. A opinião pública italiana é particularmente sensível à atuação de empresas italianas em empreendimentos que provoquem devastação ambiental no Brasil.

No último dia 5 de março, em Verona, a assembleia nacional da *Campagna Nord-Sud: Biosfera, Sopravvivenza dei Popoli, Debito*, reuniu 330 representantes de grupos ecologistas, pacifistas, partidos políticos e sindicatos, para pedir um corte radical "no injusto débito financeiro do Sul com o Norte e o começo do pagamento do débito ecológico do Norte com o Sul".

A Campanha Norte-Sul recebeu um financiamento de 240 milhões de liras (US\$ 1,8 milhões) da Federação das Listas Verdes, para criar um Ob-



Aliedo

servatório de Impacto Ambiental capaz de investigar, analisar e denunciar os impactos sócio-ambientais dos projetos econômicos italianos no Brasil, na República Dominicana, no Quênia e nas Filipinas. As três federações sindicais, a CGIL (comunista), a CISL (democrata-cristã) e a UIL (socialista) também estão avaliando as consequências dos investimentos italianos sobre a situação ambiental no Brasil.

**Conversão da dívida** — A Banca di Italia está estudando os esquemas de conversão de títulos da dívida brasileira na Itália em investimento ambiental no Brasil. Gianfranco Bologna, vice-diretor geral do WWF italiano, afirma que a pressão sobre o governo italiano visa "encontrar caminhos de cooperação internacional que viabilize uma política de defesa ambiental no Brasil".

O WWF já financia sete projetos de conservação no Brasil, entre os quais a delimitação da área mínima para a regeneração natural da floresta amazônica, a proteção da Reserva do Una, no Pará, e o inventário zoológico amazônico, conduzido pelo Museu Goeldi. A organização conservacionista, que defende a redução das importações italianas do ferro de Carajás como forma de pressão sobre

o governo brasileiro, já doou computadores ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus.

**A Lista Verde** - o Partido Verde italiano - dispõem de 13 deputados e um senador, mobilizados na defesa das florestas tropicais. O bloco verde no Parlamento é reforçado por 13 deputados e três senadores do Partido Radical e oito deputados da Democracia Proletária. Os parlamentares, muitos dos quais participam da Campanha Norte-Sul, criticaram asperamente a posição do governo italiano no congresso do FMI e do Banco Mundial, em setembro de 1988, em Berlim Ocidental, pela "insensibilidade diante da necessidade de uma drástica reforma da desastrosa situação da dívida externa". O governo italiano, como o da Alemanha Ocidental, já mudou de posição.

Os verdes italianos sustentam que o pagamento da dívida externa está provocando rápida devastação ambiental nos países do Hemisfério Sul, forçados a exportar seus recursos naturais a preço vil. Afinados com os ecologistas nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, acreditam que os grandes bancos e as empresas multinacionais são os principais responsáveis pela situação.

Para os ecologistas, a argumentação que os acusa de serem representantes dos países do Norte, interessados em impedir o desenvolvimento econômico do Sul, é surrealista. No dia 25 de fevereiro, o jornalista Mauro Santayanna, adido cultural da embaixada do Brasil em Roma, acusou, na televisão, um dos grupos integrantes da Campanha Norte-Sul, os pacifistas da *Azione Nonviolenta*, de ser financiado por multinacionais. Massimo Valpiana, membro do grupo e deputado pela Lista Verde da região do Veneto ficou indignado: "Nunca vi nada mais grotesco. Quero ver ele apresentar provas".